

Imprescindíveis para 'conhecermos' diferentes experiências vivenciadas por mulheres. Falar das leituras, da subjetividade, de uma sensibilidade romântica, dos sonhos, bem como das diferentes 'apropriações' que o público leitor faz, é importante por possibilitar vários outros olhares, desnaturalizar

supostos papéis, mostrar histórias diversas, no espaço privado ou não — histórias que indicam o quanto nossas experiências são multifacetadas e permeadas pelo inusitado.

JANINE GOMES DA SILVA ■

A invisibilidade da violência de gênero

Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado

ALMEIDA, Suelly Souza de

Rio de Janeiro: Revinter, 1997, 176 p

O termo *femicídio* é utilizado internacionalmente para caracterizar a não-acidentalidade da morte violenta de mulheres. O livro *Femicídio* aproxima o leitor do fenômeno da violência de gênero de modo crítico e inteligente através da análise de processos-crime tramitados em varas criminais do Rio de Janeiro em 1996 e 1997. Trata-se de um tema complexo porque envolve dimensões da vida cotidiana, onde se imbricam três instituições que também encerram inúmeras polémicas: a família, a polícia e o judiciário.

Femicídio aborda o limite do fenômeno da violência doméstica rotinizada, situação em que mulheres são assassinadas por seus cônjuges na relação conjugal ou terminam por assassiná-los. A violência de gênero, e especificamente a violência doméstica, são fenômenos sociais muitas vezes reduzidos, e até mesmo confundidos, com episódios de agressão no meio familiar. Trata-se de processos estruturados pelo concurso de relações sociais em que a classe social, o gênero e a raça-etnia disputam posições. Tal disputa tem na sociedade em geral, e no poder público em particular, aliados de peso, como o comprova Suelly Souza de Almeida.

Resultado de dezesseis anos pesquisa sobre o tema da violência, *Femicídio* é bastante feliz ao abordar assunto tão árido. A autora tece um quadro teórico em que utiliza categorias como campo de forças, violência, poder e experiência, entre outras, empregando-as na área dos estudos de gênero. Este é o aspecto distintivo do *Femicídio*:

Imiscuir dimensões teórico-práticas de um fenômeno social de modo competente e eficaz. Além, a utilização da categoria campo de forças revitaliza o debate acadêmico sobre gênero. Os depoimentos e as peças dos processos-crime são contextualizados através da análise de um complexo conjunto de relações sociais: vítima, agressor, homicida, policiais, defensores, promotores, jurados e juízes, protagonistas das atuidas relações — de resto, como todos os seres sociais —, têm suas trajetórias revisitadas não episódicas, o que permite não só a tematização pública da violência. Permite, mais do que isso, uma dolorosa constatação: a judicialização da violência de gênero também reduz esse fenômeno social a questões de âmbito familiar.

Ao contribuir para a (re)produção do antagonismo de gênero e, simultaneamente, ao serem nele engendrados, o direito e a justiça acabam por retardar o combate efetivo à violência de gênero, doméstica e conjugal — em especial o combate ao femicídio. Apesar desses elementos absolutamente frustrantes, a autora anima o leitor ao assinalar que o campo de forças tem um caráter poroso, o que permite a construção de estratégias de resistência que amparam os sobreviventes da violência de gênero. A título de exemplo, oferece os casos do Quebec e da França, onde uma rede de apoio sólida garante às mulheres vítimas de violência condições concretas de sobrevivência. Outro trunfo do livro é justamente o paralelo entre as gestões públicas da violência no Brasil, na França e no Quebec. Sem pretensões de estudo comparativo, a autora devolve à sociedade brasileira o resultado de parte de seu doutoramento junto ao *Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail / Centre National de la Recherche Scientifique*, sob a forma de indicadores internacionais preciosos à análise, e conseqüentemente ao enfrentamento da violência de gênero. Deste modo, ela brinda o leitor com uma análise séria sobre uma política pública dirigida à mulher, na área da segurança,

transcorridos mais de dez anos da inauguração da primeira delegacia especializada de atendimento à mulher, em São Paulo. Ao trazer aqueles protagonistas para um campo de forças, a autora aborda a violência no embate entre múltiplas e simultâneas dimensões da produção e da reprodução da vida, em especial as concorrentes ao entrelago público x privado. A análise dessa tensa relação percebe as inúmeras e diferenciadas interconexões no campo, permitindo re-significar a violência doméstica como tortura cotidiana, política, o que valoriza explicações diferentes daquelas restritas às passionalidades de âmbito familiar.

Com o quadro teórico-metodológico urdido, Suely Almeida fornece elementos ao processo de desconstrução das figuras masculina e feminina segundo uma perspectiva cartesiana em que a oposição simples entre o homem e a mulher adquire centralidade.

O livro está dividido em quatro capítulos: nos três primeiros a autora problematiza os processos-crime face à interlocução com diversos autores da área das ciências humanas e sociais: Foucault, Thompson, Saffioti, Combes, Haicault, Arendt, Bourdieu, Campbell, Makinnon, entre outros. No quarto capítulo, reconstitui o debate teórico através da interlocução com autores e estudiosos da

área de gênero, Scott, Gilligan, Pinto, Lauretis, Saffioti, Cançado e Almeida, Chauí, Schor, Fraisse, Dhavernas-Levy, Oakley, Delphy, Walby e Connell, entre outros, revitalizando esse campo epistêmico e redimensionando os paradigmas do patriarcado e das relações de gênero.

Com base no debate com as tendências anglo-saxã e francesa, assim como sua apreensão no Brasil, a autora problematiza o sujeito engendrado através da tematização de questões caras às ciências sociais e em particular ao feminismo, tais como essencialismo, identidade, diferença, igualdade e desigualdade.

A leitura de *Femicídio* permite, sobretudo, desnaturalizar um fenômeno social, revitalizando sua dimensão política. Ao tocar na ferida, tornando visível o engendramento da judicialização dos crimes conjugais, a autora interfere no campo de forças em que a subordinação da mulher ainda é cultivada por setores hegemônicos da sociedade patriarcal, ensejando a seguinte reflexão: como rearticular forças no cotidiano, com vistas à superação da submissão de gênero, classe e raça/etnia?

LÍLIA GUIMARÃES POUGY ■

Gênero e ciências humanas na perspectiva das mulheres

Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres

AGUIAR, Neuma (org.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

A proposta de *Gênero e Ciências Humanas* é ambiciosa: uma discussão teórico-conceitual da produção de conhecimento em relação ao gênero, em várias áreas disciplinares. Será que podemos, após décadas de estudos e pesquisas sobre as mulheres, propor novos referenciais teóricos incluindo a perspectiva de gênero? Se podemos, quais são as propostas que, ao incluir o cam-

po das teorias feministas, contribuíam para uma visão mais completa da sociedade, do indivíduo, dos grupos, do estado, do pensamento político de um modo geral? Como as teorias feministas serão a cunha-mestra para se ter maior abrangência analítica no campo das Ciências Humanas?

As perguntas acima, presentes no livro, vão mais além: será o feminismo uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento? Se é uma ideologia, o feminismo estaria dissociado do conhecimento científico? Tais questões, entre outras, fundamentam o debate sobre o lugar do feminismo na formação de nível superior, na consolidação e na institucionalização de um espaço acadêmico para o ensino e a pesquisa nas distintas áreas do conhecimento, sob a perspectiva do gênero. Tal perspectiva alteraria as correntes práticas do ensino, os respectivos conteúdos teóricos, chegando ao cerne da reflexão acadêmica. Uma proposta ousada e desafiado-